



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 682687 - SP (2021/0234335-7)

RELATORA : MINISTRA LAURITA VAZ
IMPETRANTE : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO
ADVOGADOS : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO
FERNANDO SOARES TOLOMEI - SP315005
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACIENTE : JEFERSON DA SILVA FERNANDES (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de JEFERSON DA SILVA FERNANDES em que se aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO (Agravado de Execução Penal nº 0004926-04.2021.8.26.0482).

O paciente teve o pedido de remição de pena pela leitura indeferido pelo Juízo das Execuções. Interposto agravo, o recurso não foi provido.

A impetrante sustenta que haveria ilegalidade na decisão ora impugnada.

Alega que *"se pode notar que a exigência de, no mínimo, 20 exemplares de cada obra a ser trabalhada é requisito para a EFETIVAÇÃO DO PROJETO de remição por leitura, e não para a concessão da remição ao apenado, até por que não cabe ao preso disponibilizar obras para leitura e sim às autoridades que implementam a referida oficina."* (e-STJ fls. 6/7).

Aduz que o paciente preenche os requisitos para a concessão da remição, pois teria apresentado resenha pormenorizada da obra lida, com parecer favorável da equipe do projeto.

Requer, liminarmente e no mérito, a concessão da ordem para que seja determinada a aplicação da remição pela leitura ao cálculo das penas do paciente, porquanto cumpridos todos os requisitos da Recomendação nº 44/2013 do CNJ.

É, no essencial, o relatório. Decido.

Em juízo de cognição sumária, verifica-se que inexistente flagrante ilegalidade que justifique o deferimento do pleito liminar em regime de plantão.

Assim, considerando que o pedido se confunde com o próprio mérito da impetração, deve-se reservar ao órgão competente a análise mais aprofundada da matéria por ocasião do julgamento definitivo.

Ante o exposto, indefiro o pedido de liminar.

Solicitem-se informações ao Tribunal de origem, que deverão ser prestadas

preferencialmente por malote digital e com senha de acesso para consulta ao processo.

Dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 23 de julho de 2021.

MINISTRO JORGE MUSSI
Vice-Presidente, no exercício da Presidência